



XXIV Congresso do Partido Socialista

MOÇÃO SETORIAL

Sentido Único para a Coesão Territorial e Social

Enquadramento

Nos últimos anos vivemos tempos de exceção e o Partido Socialista enfrentou tempos exigentes na sua governação. Do estado de pandemia, passámos ao estado de guerra, um conflito que persiste com a invasão da Ucrânia pela Rússia, efeito que se traduziu, desde logo, num brutal aumento da inflação, impulsionado pelo custo das importações, em particular da energia. Tempos em que tivemos de cuidar das emergências, do dia a dia das pessoas, sem nunca perder o foco na estratégia para o futuro de Portugal.

A Lei das Grandes Opções, apresentadas pelo XXIII Governo Constitucional para o período 2023-2026, reflete e integra estratégias e opções de política económica, social e territorial para os anos de 2023 a 2026, estruturadas em torno de vários desafios estratégicos. Para o Partido Socialista o combate às desigualdades foi e é uma preocupação transversal a todas as áreas e contextos sociais: promover a igualdade entre homens e mulheres, igualdade nos salários e emprego e o combate às desigualdades pela não discriminação.

Inicia-se um novo ciclo político no PS, com outras estratégias e propostas, mas mantendo as políticas públicas que nos definem, que definem a nossa matriz socialista – políticas desenvolvidas com as pessoas para todas as pessoas. Sendo que é através delas que queremos continuar a afirmar a necessidade de uma sociedade mais igualitária, que atente às diferentes circunstâncias e assimetrias territoriais, que siga rumo à Igualdade de Oportunidades e pelo Fim à Discriminação. Os princípios da Igualdade e da Não Discriminação estão consagrados no nosso ordenamento jurídico, desde a Constituição da República Portuguesa de 1976 (artigo 13.º). A promoção da Igualdade de Género é uma das tarefas fundamentais do Estado (alínea h do artigo 9.º), sendo a participação



direta e ativa das pessoas na vida política considerada como condição e instrumento fundamental de consolidação do sistema democrático (artigo 109.º).

É pelas pessoas e pelo seu bem-estar, que caminhamos no sentido único dos direitos humanos. Porque acreditamos que uma sociedade só tem um caminho...um sentido único para a Igualdade que nos convoca enquanto cidadãos, cidadãos e militantes, e que deve nortear a nossa ação e envolver toda a comunidade.

Os problemas sociais contemporâneos são amplos, complexos, dinâmicos, exigentes e apelam para uma perspetiva global e territorialmente localizável. O contexto de pandemia que vivemos veio, uma vez mais, comprovar que essa igualdade ainda não é uma realidade, e que as assimetrias estruturais têm, persistentemente, impactado com maior gravidade as mulheres – tal como revela o estudo do Instituto Europeu para a Igualdade de Género, solicitado pela Presidência Portuguesa da União Europeia e evidenciado pelo Secretário – Geral da ONU, António Guterres com base em estudos realizados pelas agências das Nações Unidas, pandemia e desigualdades “uma crise com rosto de mulher”. Contatamos que todos os períodos de recessão têm um denominador comum exacerbar as desigualdades existentes e revelaram novas dimensões da desigualdade que é preciso combater, designadamente no que respeita à correção das desigualdades regionais, promovendo a coesão territorial.

Portugal comporta vários e diferentes territórios - onde todas as pessoas contam e têm a importante função de afirmar a sua comunidade, distrito ou região. Olhar Portugal com todas as suas assimetrias, litoral e interior, meio urbano e rural, territórios de alta e baixa densidade não é uma tarefa fácil, contudo, é nessa **diversidade que incide o olhar desta moção.**

É fundamental olhar pelo bem estar dos territórios no combate as desigualdades e na promoção da coesão social, sendo cada vez mais evidente que o crescimento económico é insuficiente para medir e avaliar o progresso social.



Vários estudos demonstram que a segurança e a qualidade ambiental do local onde vivemos, as possibilidades de gestão dos tempos da vida familiar e de trabalho, o acesso à habitação e a serviços de educação, saúde e transportes, a par do envolvimento nas comunidades e participação nas políticas públicas, são alguns dos fatores que mais influenciam a perceção e a experiência de bem-estar das pessoas. E estas perceções sofrem grandes variações entre os diferentes territórios.

O nosso propósito com esta moção é o de reduzir assimetrias, desigualdades e aumentar a qualidade de vida e bem estar de todos os cidadãos. E nele estão contidas a Igualdade, a Igualdade género e de oportunidades, a dimensão de «equilíbrio trabalho-família-vida pessoal» , melhores condições para o exercício da parentalidade, a dimensão de trabalho digno e combate a precariedade laboral e valorização do trabalho do cuidado, como lembrou o secretario geral das Nações Unidas, *“a economia formal só funciona porque é subsidiada pelo trabalho feminino não remunerado”*,

Alguns estudos e investigações desenvolvidas sobre a temática, permitem concluir que as **desigualdades sociais** influenciam os **níveis de bem-estar** atualmente existentes em diferentes **territórios portugueses**. Esta é uma relação complexa, mas claramente visível, e que se revela na multidimensionalidade, na interseção e na cumulatividade sistémica entre os dois conceitos. Que na grande maioria das vezes afeta, e penaliza, quem se encontra numa situação de maior vulnerabilidade: as mulheres.

Então como podemos responder a essas assimetrias sem comprometer as suas especificidades? Como valorizar a diferença e enaltecer a capacidade de adaptação? Como constituir um Portugal inteiro, com efetiva igualdade de oportunidades para todas as pessoas?

Nos últimos anos , com o partido socialista no governo, foram registados avanços significativos, tendo por base as grandes opções 2023-2026 e o cumprimento dos objetivos da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. De referir, que as



diferenças que separam esta nova Agenda da anterior são profundas, em particular o seu carácter universal, a dimensão local desta universalidade e a ancoragem nos direitos humanos que se traduz nomeadamente na afirmação de que não queremos “deixar ninguém para trás”, mote constante na construção desta nova agenda, e na vontade expressa de reduzir as desigualdades dentro e entre os países.

Não obstante as melhorias enunciadas nestes documentos e na ação, persistem problemas estruturais aos quais é necessário responder, através de medidas quantificadas, com um horizonte temporal definido, que permitam construir um país mais competitivo e mais coeso do ponto de vista social e territorial (Conforme Parecer Conselho Economico e Social sobre as Grandes Opções 2023-2026 e Programa Nacional de Reformas 2023 Aprovado no Plenário do CES de 11 de abril de 2023).

Só seremos verdadeiramente um país desenvolvido e próspero se soubermos que cuidar do interior e dos territórios de baixa densidade. Não basta respeitar o povo, normalmente mais envelhecido e isolado, que nunca desistiu das suas terras, mas também pensar no desenvolvimento de Portugal como um todo - como um país inteiro.

Pelo exposto, propomos que até 2026

1. Se desenvolvam programas específicos de capacitação profissional e educacional, incluindo competências digitais, tendo por base as especificidades e potencialidades de cada comunidade ou território. Para atingir este objetivo é necessário mobilizar para ação dentro das nossas estruturas, na comunidade civil, empresarial e tecido social.

2. O desenvolvimento sustentável de qualquer território ou região é diretamente proporcional ao princípio da Igualdade e, na nossa visão, pressupõe:

- Integrar a dimensão e equilíbrio de género – designadamente na área da saúde e bem-estar e do cuidado, promovendo e incentivando a representação equilibrada de ambos os sexos. Torna-se assim, premente valorizar as profissões do cuidado, quer ao nível da sua dignificação social quer ao nível remuneratório. Apesar dos sucessivos avanços no combate à Desigualdade entre Mulheres e Homens ainda existem disparidades ao nível



salarial designadamente no sistema remuneratório das atividades/profissões do cuidar e que são na esmagadora maioria exercidas por mulheres. Esta desigualdade salarial tem impacto e continuará a ser refletivas nas pensões das mulheres. Nesse sentido é importante a valorização destas profissões que se refletem e continuarão a ser refletivas nas pensões das mulheres com baixas qualificações. Assim importa criar mecanismos complementares para mitigar estas desigualdades e combater a pobreza nas mulheres, mormente as que se fixam nos territórios de baixa densidade.

3. Uma perspetiva de Interseccionalidade, considerando a natureza multidimensional que está na base das desigualdades, entrecruzando a discriminação em razão do sexo com outros fatores de discriminação, como a origem racial e étnica, a nacionalidade, a idade, a deficiência, a religião, a orientação sexual e a identidade de género e até dos territórios onde se fixam. Importa aprofundar a dimensão da análise integrada das discriminações múltiplas, incluindo as territoriais, nos instrumentos estratégicos de promoção da igualdade e da não discriminação ajustados aos diferentes territórios, tendo em conta as fortes assimetrias do território português.

27 de dezembro de 2023

Patricia Monte Pinto Ribeiro Faro nº 24 662

Elza Pais, militante nº 71 234

Rosa Maria Monteiro Venâncio nº 129335

Graça Laranjeira Vaz nº 4794

La Salette Marques nº 131 164

Alexandra Tavares de Moura nº37 506

Ana Maria Ferreira nº68751

Ana Sofia Melo – 82501

Balbina Rocha – 57157



Carla Cáceres – 167923

Carlota Teixeira . 84113

Catarina Assis - 105030

Claúdia Avelar nº 123 375

Claúdia Salazar 150166

Cristina Mendes da Silva nº 101 754

Cristina Oliveira nº57124

Cristina Vieira – 40375

Cristiana Santos Coelho nº164 363

Daniela Santos nº64564

Eduarda Ferreira nº149018

Emilia Sousa 145401

Ivone Abreu nº 42929

Maria José Rebelo nº81938

Maria Rosa Oliveira- 8524

Marlene Teixeira 167633

Natália Gonçalves 151165

Paula Santos – 31207

Rosário Gamboa nº 000107190

Silvia Azevedo – 163783

Silvia Alves 126688

Cristina Pereira nº 116304

Raquel Godinho 180765